



DA SEGMENTAÇÃO À FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL: ANÁLISE DO RESIDENCIAL INTEGRAÇÃO – SETOR LESTE DE UBERLÂNDIA (MG)

Paulo Henrique Silva de Amorim ¹
Vitor Ribeiro Filho ²

Resumo

Na virada da década de 1990, e de forma mais expressiva a partir do século XXI, observa-se na estrutura interna das cidades dinâmicas que têm contribuído para a constituição de processos espaciais cada vez mais excludentes. Trata-se da alteração no conteúdo socioespacial em cidades brasileiras de porte médio que, durante muitas décadas, estiveram ancoradas pela diferenciação do espaço com base no padrão de urbanização centro-periferia. No espaço urbano contemporâneo existem lógicas que se sobrepõem e se misturam. Ocorre, ao mesmo tempo, a expansão da cidade para a periferia, conferindo a esta um novo significado, com uma diferenciação que se apresenta muito além do âmbito residencial. Com base nessas transformações, tomou-se como recorte empírico o bairro Residencial Integração, localizado no Setor Leste de Uberlândia (MG), composto por antigos assentamentos e ocupações irregulares, cuja regularização fundiária de interesse social realizou-se somente após forte pressão social exercida pela população local. Contudo, mesmo após seu reconhecimento enquanto bairro, são observadas estigmatizações que se relacionam aos processos de segmentação e exclusão socioespacial, mas que, sob a ótica de redução das práticas espaciais, bem como da (in)acessibilidade urbana, evidencia-se a constituição de um processo ainda mais nocivo: o de fragmentação socioespacial.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial; Cotidiano; Direito à Cidade.

Abstract

At the turn of the 1990s, and more significantly from the 21st century onwards, the internal structure of dynamic cities can be observed that have contributed to the constitution of increasingly exclusive spatial processes. It is about the change in the sociospatial content in medium-sized Brazilian cities that, for many decades, were anchored by the differentiation of space based on the central-periphery urbanization pattern. In the contemporary urban space there are logics that overlap and mix. At the same time, the city expands to the periphery, giving it a new meaning, with a differentiation that goes far beyond the residential sphere. Based on these transformations, the Residencial Integração neighborhood was taken as an empirical approach, located in the East Sector of Uberlândia, state of Minas Gerais, Brazil, composed of old settlements and irregular occupations, whose land regularization of social interest was carried out only after strong social pressure exerted by the local population. However, even after its recognition as a neighborhood, stigmatizations related to the processes of segmentation and socio-spatial exclusion are observed, but from the perspective of reducing spatial practices, as well as urban (in)accessibility, the constitution of an even more harmful process: that of sociospatial fragmentation.

Key-words: Sociospatial Fragmentation; Daily; Right to the city.

Introdução e justificativa

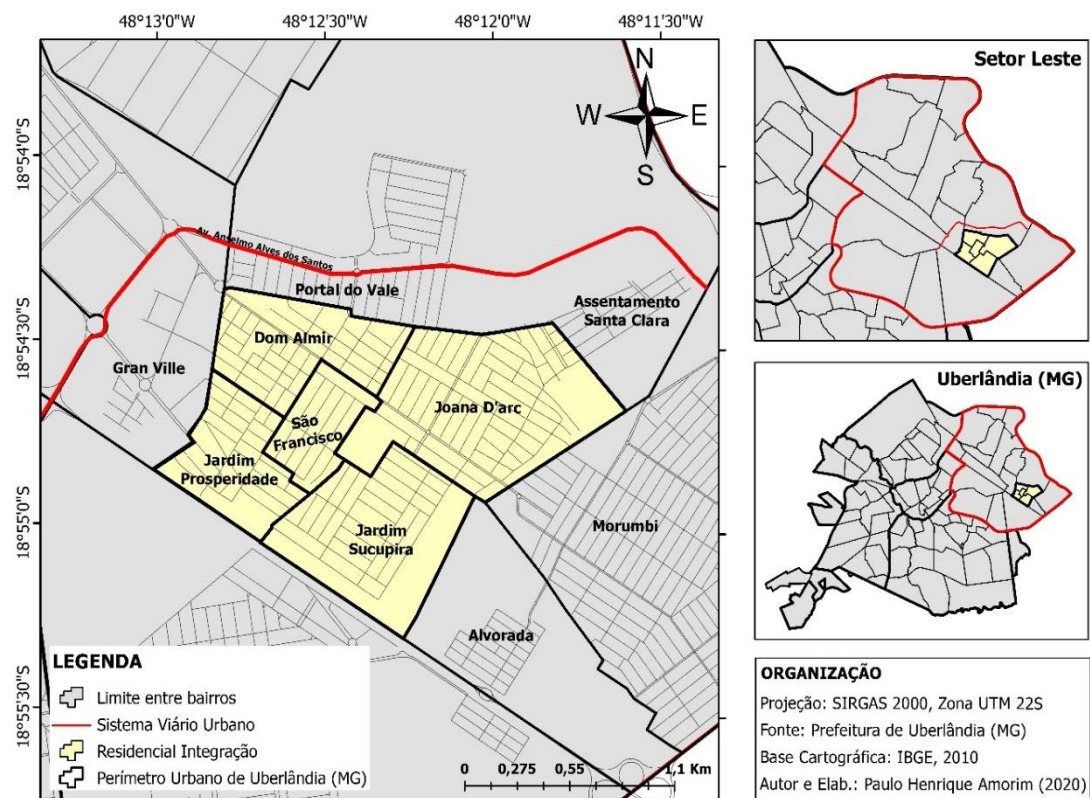
Na virada da década de 1990, e de forma mais expressiva a partir do século XXI, observa-se na estrutura interna das cidades dinâmicas que têm contribuído para a constituição de processos espaciais cada vez mais excludentes. Trata-se da alteração no

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – paulohamr@gmail.com

² Professor Titular do PPGEO da Universidade Federal de Uberlândia – ribeirofilhovitor@gmail.com

Para tanto, tomou-se como recorte empírico o bairro Residencial Integração (Figura 1), localizado no Setor Leste de Uberlândia (MG), composto por antigos assentamentos e ocupações irregulares, cuja regularização fundiária de interesse social realizou-se somente após forte pressão social exercida pela população local. Contudo, mesmo após seu reconhecimento enquanto bairro, são observadas estigmatizações que se relacionam aos processos de segmentação e exclusão socioespacial, mas que, sob a ótica de redução das práticas espaciais, bem como da (in)acessibilidade urbana, evidencia-se a constituição de um processo ainda mais nocivo: o de fragmentação socioespacial.

Figura 1: Residencial Integração – Setor Leste de Uberlândia (MG)



Elaboração: AMORIM (2020)

Utilizando-se a escala do cotidiano como caminho metodológico para compreender formas peculiares de resistência, integração e diferenciação que materializam o espaço urbano, buscamos responder as seguintes questões: fisicamente e subjetivamente, como se configura essa área? Seria, por exemplo, a baixa mobilidade urbana e a condição socioeconômica de baixa renda fatores determinantes na limitação da experiência urbana? A oferta do serviço de transporte público, tanto na quantidade da frota, quanto na abrangência que o itinerário seletivo que este abrange, contribui em qual intensidade para o acesso segmentado do espaço na cidade?



O objetivo geral deste trabalho foi compreender as escolhas dos cidadãos do bairro Residencial Integração, envolvendo as opções realizadas por estes (o motivo de permanecer no bairro, como se deslocam, quais espaços frequentam, quais percursos realizam), a fim de identificar o grau de apropriação do espaço urbano e, conseqüentemente, avaliar a experiência urbana que se revela no cotidiano inerente para o exercício do direito à cidade.

Procedimentos metodológicos

Concernente aos procedimentos metodológicos que conduziram a investigação científica, realizamos: 1) revisão teórico-metodológica; 2) trabalhos de campo; 3) entrevistas semiestruturadas com os cidadãos, a fim de compreender o cotidiano; 4) delimitação das áreas comerciais e de serviços do bairro. Com relação às entrevistas dos cidadãos, ao todo nove moradores participaram da investigação, os quais foram diferenciados em diferentes categorias: perfil (gênero, idade, profissão, renda), cotidiano (percursos que frequentam) e lazer (acesso à cidade) dentro do recorte espacial escolhido.

Fraturas urbanas e a constituição do processo de fragmentação socioespacial

Como ponto de partida, é indispensável lembrar que o espaço urbano se caracteriza, como em toda a sociedade, pelo seu conteúdo fragmentado, constituído por áreas distintas entre si, seja pela sua gênese ou dinâmica atual, conteúdo econômico e social, paisagem ou arranjos espaciais de suas formas (CORRÊA, 2002). Essa repartição entre áreas, por outro lado, é vivenciada, percebida e representada de modos diferentes pelos sujeitos que vivem dentro e fora da cidade, abrindo obstáculos e tornando ainda mais complexo o desafio de se compreender os processos espaciais que se estabelecem.

Tais processos, quando somados à justaposição das formas espaciais (CORRÊA, 2002), materializam a produção de uma cidade que se estrutura cada vez mais na existência de fragmentos urbanos, seja pelo seu arranjo espacial, ou pela imaterialidade do espaço, excluindo indivíduos que não detêm condições socioeconômicas necessárias para usufruir de direitos, tais quais os indivíduos da “cidade aberta” tanto se regozijam. Desse modo, notamos o quanto a estruturação do espaço urbano se constitui em um processo conflitante, caracterizado pelo encontro de interesses e visões das mais classes sociais. No dizer de Maricato (2015, p. 28), “a representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica, na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar o todo”, finaliza.



Nesse sentido, um dos principais desafios, e certamente um dos mais expressivos no tocante à questão urbana é a problemática que envolve as relações entre o local de moradia e a circulação da população na cidade. Pois, ao mesmo tempo em que se expande a condição social e econômica dos centros urbanos, as relações capitalistas também apontam para o acentuamento das desigualdades sociais como uma das características inerentes ao espaço urbano.

Não obstante, a ruptura com qualquer tipo de relação no âmbito do espaço urbano, principalmente através da negação da diferença (LEFEBVRE, 1999), marca uma separação fundamental entre processos de diferenciação e segregação socioespacial. Esses processos, quando combinados à realização de práticas espaciais cotidianas, revelam diferentes níveis de apropriação do espaço urbano, sendo esta apropriação maior ou menor de acordo com a condição social de cada indivíduo. Tais elementos contribuem para aprofundar as diferenças no sentido cultural, étnico, religioso, político e as desigualdades no sentido socioeconômico, tanto quanto o ampliam, como aponta Sposito e Goes (2013).

Se com a segregação residencial já era possível identificar um padrão centro-periferia capaz de se manifestar um elevado grau de distinção social, o que se espera quando observamos clivagens socioespaciais que nem mesmo permitem a possibilidade de realizar práticas espaciais basilares para o exercício do direito à cidade? Vemos, portanto, que o conteúdo, tal como o sentido da cidade, deve(ria) ser percebido, inclusive, nas formas fragmentadas do espaço urbano, pois nessas repartições que se estabelecem configuram-se fraturas que implicam ao não conhecimento do direito equitativo de todos à cidade, na grande escala – a da sociedade –, e a intolerância em relação ao outro – leia-se sujeito pobre, periférico –, nas microescalas – aquelas das relações sociais e interpessoais cotidianas.

Partindo desse pressuposto, Catalão (2010) infere que, para alcançar um nível de análise do espaço geográfico que contemple não somente o plano espacial como objeto de estudo, é de fundamental importância compreender também o componente subjetivo das práticas espaciais cotidianas, que inclui sua não-ocorrência e quais motivações estão por trás dessa não-ocorrência. Assim, no confronto de significados e de experiências que se resultam a partir da vida cotidiana de cidadãos excluídos em relação à cidade, materializa-se num plano duplo (espacial e subjetivo), a emergência analítica de um terceiro processo, e talvez o mais assertivo para entender as metamorfoses com qual se



apresentam o espaço urbano contemporâneo em suas múltiplas escalas: o processo de fragmentação socioespacial.

No que se refere especificamente às práticas espaciais dos cidadãos, a fragmentação socioespacial, tendo em vista seu caráter multidimensional e multiescalar, pode ser vista do ângulo da individualização da sociedade, com seus efeitos nocivos e altamente excludentes. Como apontam Prévot-Schapira e Pineda (2008), à medida em que todas as dimensões da vida cotidiana estão em processo de segmentação, inclusive nos papéis e usos do espaço, o encontro com a diferença torna-se menos frequente e a cidade tende a um espraiamento que submerge à dimensão física, mas também social, constituindo-se como um dos pilares de compreensão envolvendo o processo de fragmentação socioespacial.

Na convergência de tais fatores, Magrini (2013) afirma que,

[...] há uma disjunção do tecido urbano, além de uma segmentação das práticas sociais e comerciais que permeiam os espaços urbanos, numa sobreposição de três dimensões: as alterações nos tecidos urbanos; as mudanças nas práticas espaciais, com destaque para as relações de sociabilidade; e as implicações que integram o imaginário dos cidadãos” (MAGRINI, 2013, p.369).

Face ao exposto, percebemos que a fragmentação, espacialmente, se relaciona diante de um campo lexical no espaço urbano: cortes, muros, confinamentos, descontinuidades físicas, rupturas, fraturas (LEGROUX, 2021, p.239), materializando formas espaciais desconexas, a exemplo da recorrente construção de condomínios fechados afastados do tecido urbano consolidado. Trata-se de uma tendência ao afastamento espacial de segmentos de médio e alto poder aquisitivo que “reforçam a manifestação de lógicas de produção do espaço internacionalizadas num período de mundialização da economia e globalização das práticas e valores” (VASCONCELOS, 2004, p.266). Ao passo em que, socialmente, a fragmentação consiste em apreender o espaço urbano a partir da análise da vida cotidiana e das práticas espaciais dos indivíduos, independentemente da condição social, envolvendo fundamentalmente a qualidade da sociabilidade que se estabelece: I) nos encontros; II) na frequência desses encontros; III) e da forma como ocorrem esses encontros (em termos de mobilidade).

A fragmentação socioespacial, portanto, não se limita à produção de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000), como se observa na materialização intensiva e existência de condomínios horizontais fechados, uma vez que “as práticas e as representações que orientam o cotidiano urbano vão além das clivagens materializadas espacialmente, com limites bem definidos” (MAGRINI, 2013, p.437). Dessa maneira,



apreende-se que, a partir da análise do processo de fragmentação socioespacial, é também possível, parafraseando Lefebvre (1974), “interrogar os fatos, incluindo as pessoas e, principalmente, os seus discursos”. Estes últimos, ao estruturar narrativas cidadinas de classes sociais distintas, confluem para a intensificação de diversas rupturas e perdas na vida cotidiana.

Na convergência de todos esses fatores, fundamentam-se práticas espaciais que certificam a diferenciação como um aspecto negativo e, com isso, tonificam a produção de desigualdades no plano espacial e, principalmente, social nas cidades. As separações que materializam e dão forma à cidade, acabam gerando rebatimentos que recaem substancialmente no agravamento de desigualdades tornando a cidade ainda mais fragmentada, bem como utópica enquanto direito de todos.

Integração desintegrada: a fragmentação socioespacial do Residencial Integração

Legalmente aprovado em 2014, mas com formação territorial que se iniciou em 1991, o bairro Residencial Integração carrega em sua história um longo processo de luta e de pressão popular, caracterizado por irregularidades decorrente de assentamentos e loteamentos clandestinos. Com o objetivo de desvincular da mídia e da população local, a prefeitura teve como objetivo *integrar*, via projeto de lei, toda a área dos loteamentos extintos: Dom Almir, Joana D’Arc, São Francisco, Jardim Prosperidade, Celebridade e Jardim Sucupira, e deu origem a um único bairro: o Residencial Integração.

A grosso modo, apesar de a prefeitura promulgar via projeto de lei a denominação da área que corresponde aos antigos assentamentos e ocupações irregulares com um único nome “Residencial Integração”, é importante considerar que a identidade dos moradores se sobrepõe e se manifesta de forma contrária a conduta racional tomada pela prefeitura. Para a grande maioria da população local, a preservação do nome que deu origem às ocupações ainda é comum e de uso bastante coloquial entre os moradores residentes do atual “bairro”. Do contrário, para os demais habitantes que residem no conjunto da cidade, ao se referirem ao bairro, utilizam-se de narrativas de forma pejorativa e, em muitos casos, violenta, para caracterizar a área em questão.

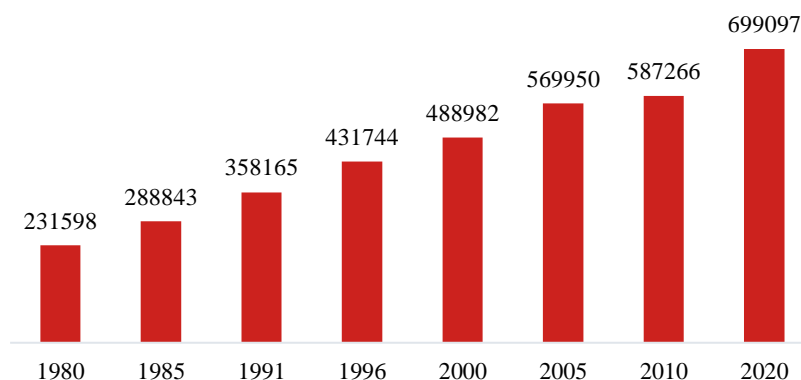
A origem social da área que corresponde ao bairro carrega, desde sua formação, marcas identitárias. Os moradores do “Integração” são, em grande parte, oriundos de regiões dos estados de Minas Gerais e Goiás cuja justiça social caleja diante de consecutivos processos de exclusão que não se limitam às metrópoles, mas também em municípios e em regiões de menor dinamismo econômico, social e político.

Antecipadamente, observamos que estamos lidando com indivíduos de baixo poder aquisitivo, e que veem o acesso à propriedade como uma possibilidade de ter acesso a garantias futuras, tais como o direito à cidade. Mas bem sabemos que a propriedade plena da moradia não se configura enquanto condição suficiente para que a localização de um espaço residencial seja identificada com posição social ocupada pelo bairro na hierarquia socioespacial da cidade.

Em virtude de a pesquisa ainda estar em fase de andamento, bem como as questões que envolvem limitações decorrentes da pandemia de COVID-19, os resultados ainda não puderam ser colhidos em sua totalidade. No entanto, até o momento de escrita deste trabalho, puderam ser realizadas ao todo nove entrevistas, as quais já possibilitaram apresentar resultados parciais da área de estudo escolhida.

Na pesquisa de campo realizada, foi possível observar que a maioria dos moradores do bairro Residencial Integração é oriunda dos estados de Minas Gerais 58% e Goiás (37%), ao passo em que 5% tem como origem municípios do estado de São Paulo. Quando questionados acerca dos motivos de escolherem Uberlândia para lutar pelo acesso à moradia, os cidadãos relataram que durante a década de 1990 a cidade se destacava de forma expressiva tanto economicamente, quanto popularmente (Quadro 1), fato este que induziu e fez com que muitas famílias alterassem o itinerário de lutar pelo acesso à moradia no estado de São Paulo, sob a justificativa de que este já estava obsoleto com multidões e famílias de inúmeros estados brasileiros.

Quadro 1 – Evolução da população de Uberlândia (MG)



Fonte: IBGE (2020)

Ao chegarem em Uberlândia, alguns moradores relataram que a ocupação inicialmente ocorrera em bairros centrais da cidade, fato este que levou à população local



a proclamarem denúncias junto ao poder público municipal. Não obstante, a alternativa encontrada pelas famílias foi ocupar uma área ociosa, ausente de qualquer tipo de função social, localizada no Setor Leste da cidade. Ao todo, como aponta Petuba (2003), aproximadamente 45 famílias migraram para essa área da cidade. O período de ocupação ocorreu de modo acelerado, uma vez que a prefeitura local havia prometido, no período de eleições municipais em 1992, a construção de habitação de interesse social – o que não foi cumprido nos meses subsequentes.

Ausentes de quaisquer tipo de infraestrutura urbana, mas com muita coletividade entre os ocupantes, além do apoio de grupos filantrópicos, houve um aumento exponencial de famílias que passaram a apropriar-se da área. Inicialmente, o primeiro grupo de famílias que ocupou a área correspondia ao assentamento Dom Almir, com aproximadamente 45 famílias. Dois anos depois, em 1993, as adjacências do assentamento já estavam ocupadas por um outro, denominado Prosperidade, com um número ainda maior de famílias, aproximadamente 67. Esse movimento se consolidou continuamente nos anos subsequentes até o início dos anos 2000, quando houve a alteração da gestão municipal, resultando na instalação dos primeiros equipamentos urbanos na área que ainda não era reconhecida enquanto bairro, sendo eles: uma escola municipal e uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

O contingente populacional nesses assentamentos representavam, até o início dos anos 2000, aproximadamente 17 mil habitantes, ao passo em que, no ano de 2010, aproximadamente 25 mil habitantes ocupavam a área. As condições dos assentamentos permaneciam precárias, ausentes de qualquer tipo de atenção não somente por parte dos órgãos municipais, mas também da população de Uberlândia em geral, que utilizavam-se de discursos nocivos aos habitantes dos assentamentos como culpados pelas condições precárias que se encontravam no bairro, além do evitamento a esta área da cidade.

Com ruas e avenidas sem qualquer tipo de asfalto, bem como iluminação pública e ligação de água e esgoto funcionando de forma inadequada – os famosos gatos –, em 2012, na gestão municipal do antigo prefeito Gilmar Machato, do Partido dos Trabalhadores (PT), foram iniciadas as primeiras obras que, à vista da população local, pareciam finalmente conferir sustento às sucessivas reivindicações dos moradores assentados. Neste ano, os assentamentos passaram a fazer parte do projeto de integração e reconhecimento enquanto bairro, integrando todos eles sob a denominação de Residencial Integração – nome utilizado formalmente pela prefeitura até hoje. Deste modo, as ruas foram devidamente asfaltadas, bem como alguns serviços e equipamentos

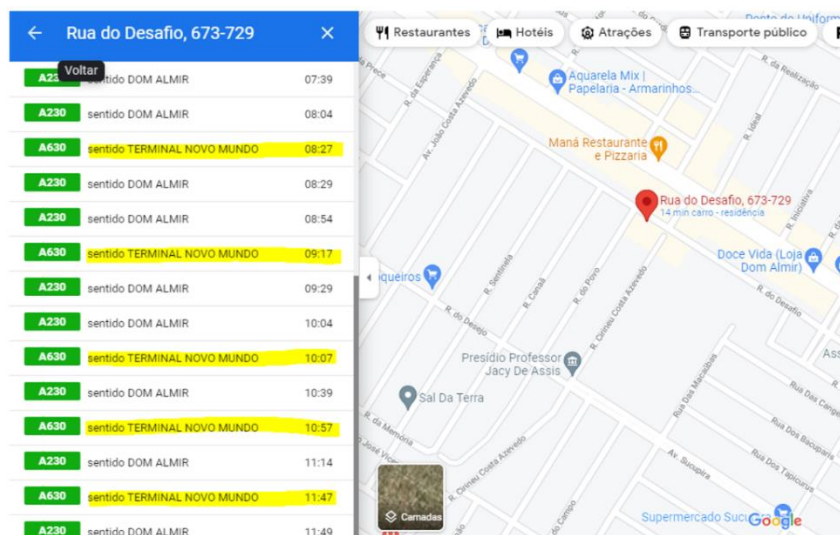
urbanos também passaram a integrar o bairro, contemplando a instalação dos pontos de ônibus e a circulação deste nas avenidas e ruas principais do bairro.

Apesar de todos esses avanços, considerados basilares para a manutenção da vida urbana dos cidadãos, observa-se na atualidade a ocorrência de estigmas que se resultam sob as condições de prevalência de formação do que hoje chamamos de Residencial Integração. Nas entrevistas realizadas com um grupo de moradores, foi comum a menção de dificuldades de oportunidade de emprego ao relatarem que nas entrevistas com os empregadores ocorriam recorrentes episódios de discriminação ao observarem que o endereço no currículo se tratava do bairro Residencial Integração (antigo assentamento).

Quando questionados acerca da existência de serviços, como lotéricas e caixas eletrônicos 24 horas, a população se queixou alertando que há muitos anos tem se posicionado requerindo da prefeitura a instalação de infraestruturas, mas que seguem sem respostas. O mesmo se verifica acerca da oferta de transporte público que, apesar de funcionar e abranger todo o bairro, não possui sazonalidade e linhas suficientes que atendam a população local.

Durante as pesquisas e experiências de campo, foram quantificados 37 pontos de ônibus com uma distribuição equitativa em todo o bairro. Todavia, a garantia de pontos de ônibus e a circulação destes não acompanhava de modo equivalente à sazonalidade da oferta do serviço à população local. Em simulações utilizando-se de ferramentas disponíveis à população como o Google Maps, por exemplo, foi verificado que a oferta do serviço apresentavam longos períodos de tempo de circulação da frota (Figura 2):

Figura 2: Oferta do transporte público – Residencial Integração, Uberlândia (MG)



Fonte: Google Maps (2021)



Além disso, os moradores do bairro se queixavam de episódios de exclusão ao utilizarem aplicativos de corrida, tais como Uber e 99Pop, por exemplo. Em muitos casos, os motoristas do aplicativo ao perceberem que a corrida tem como origem ou destino o bairro Residencial Integração, decidem cancelar a corrida (ainda que esta cobre um valor elevado), como resultado do processo de estigma sofrido pela população local do bairro.

Com relação a existência de redes de supermercados, o bairro também não conta com nenhuma grande infraestrutura comercial que ofereça à população alternativas e opções de preços e produtos com diversidade de opções. A única rede do segmento mais próxima está localizado no bairro vizinho (Morumbi), o que requer do morador do Residencial Integração o deslocamento de dois quilômetros a pé para alcançá-lo, ao passo em que este mesmo trajeto, ao utilizar-se do serviço de transporte público, é necessário que o morador aguarde o tempo mínimo de uma hora para alcançar o bairro.

A soma desses atributos revelam o processo de exclusão com qual a população do bairro Residencial Integração se inserem, bem como acentua e dificulta as desigualdades existentes, apesar de o bairro ser reconhecido desde o ano de 2014, após aprovação da gestão municipal. Deste modo, compreendemos que o direito à cidade, enquanto totalidade de direitos sociais e, portanto, representação do acesso aos recursos urbanos, não se apresenta para todos os segmentos da população de forma equânime. As áreas urbanas ocupadas pelos cidadãos, principalmente as periferias das cidades devido à segregação imposta, são decisivas neste contexto.

A maneira como os moradores do Residencial Integração interagem e constroem a visão de si e dos outros moradores que habitam outros bairros, no conjunto da cidade, é atravessada pelas representações excludentes, tal como acontece com a demarcação socioeconômica, por exemplo. Foi muito comum observar a partir da narrativa dos moradores do “Integração” a dificuldade de acesso justificada somente pela dificuldade de mobilidade, como já descrito em linhas anteriores, mas na impossibilidade de se locomover por questões socioeconômicas. O peso dessas entrevistas denotam o quanto um bairro – leia-se território urbano –, “integrado à cidade”, encontra-se afastado socialmente das possibilidades, dos timbres, da harmonia que tanto Lefebvre aspirava que todos os habitantes tivessem em seu cotidiano.

Nas pesquisas de campo, com efeito, a existência de práticas de distinção social revelou a existência de estigmas negativos da população de outros bairros com os moradores do Residencial Integração, justificada pela origem da população que o habita. É o caso da visão ofensiva que alguns entrevistados de bairros vizinhos com infraestrutura

um pouco melhor têm acerca dos moradores do Integração. Estes são vistos como extremamente fechados e pouco propensos à socialização com os moradores de outros bairros, inclusive vizinhos. Ademais, são percebidos como diferentes principalmente porque não tiveram a mesma trajetória de vida dos moradores dos bairros adjacentes.

Nota-se que, apesar de a maioria desses moradores também ter uma história de vida marcada pela pobreza, não são vistos como iguais pelo simples fato de não serem originários de assentamentos, de onde quase toda a população do Integração teve origem.

Excluídas de equipamento urbanos localmente, e impedidas de circular pela cidade como regozizam a população que dispõe de transporte individual e outros meios de circulação na cidade, os cidadãos do Residencial Integração permanecem silenciados, ausentes de direitos basilares a qualquer cidadão. Nas adjacências do bairro, no entanto, a circulação à cidade é oposta, pois com o lançamento de bairros planejados, as classes sociais que passam a ocupar esses espaços garantem para si uma maior liberdade, conferindo-lhes práticas espaciais e experiências urbanas que possibilitam um maior grau de sociabilidade. Aos cidadãos do Residencial Integração, todavia, restam-lhes a limitação das práticas espaciais, menor grau de apropriação do espaço urbano e, conseqüentemente, redução dos direitos que deveria competir a qualquer cidadão: o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, Teresa. **A cidade dos muros: violência, segregação e cidadania na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002
- DAL POZZO, C. F. (2015). **Fragmentação socioespacial: Práticas espaciais do consumo segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente**. Revista da ANPEGE, v. 11, p. 279-324
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MAGRINI, Maria Angélica. **Vidas em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos**. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2013.
- MARICATO, Ermínia. (2015). **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo: Expressão Popular.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Berthrand Brasil, 2015, 320p.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Edna Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.